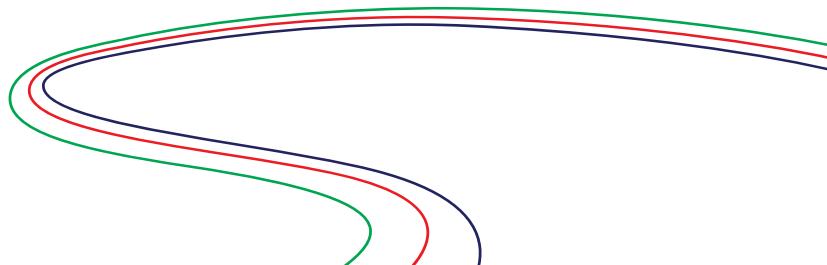
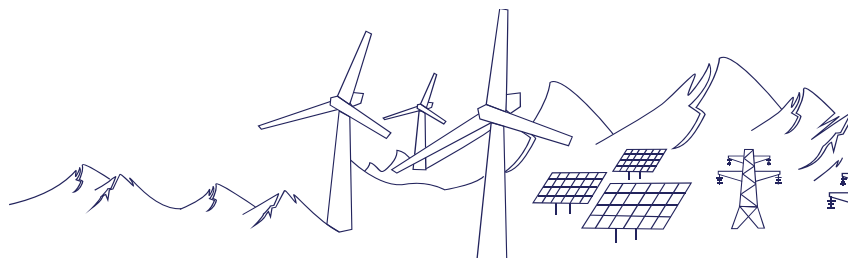




Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

SPIC Brasil Energia Participações S.A.

31 de dezembro de 2019
com Relatório do Auditor Independente





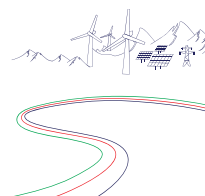
SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2019

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas auditadas	
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas	10





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da SPIC Brasil Energia Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da SPIC Brasil Energia Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SPIC Brasil Energia Participações S.A. e da SPIC Brasil Energia Participações S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar Companhia a ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

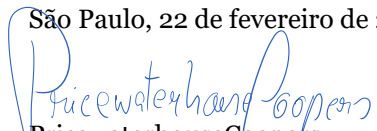


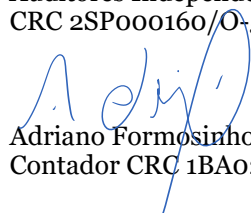
SPIC Brasil Energia Participações S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2020


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

SPIC Brasil Energia Participações S.A.

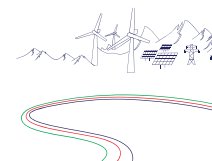
Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	222.553	8.212	24.789	684.415	238.203	166.425
Concessionárias	6	-	-	-	62.659	67.472	21.976
Ativo Financeiro	7	-	-	-	657.649	960.000	755.941
Impostos a recuperar	8	1.243	-	-	73.069	221.144	11.740
Estoque		-	-	-	7.819	-	-
Dividendos e JSCP a receber	10	58.584	53.240	5.842	-	-	-
Partes relacionadas	10	-	9.532	9.532	-	3.031	10.400
Instrumentos financeiros derivativos	16	-	-	-	-	237	-
Outros ativos circulantes		-	60	-	6.551	6.168	2.457
Total ativo circulante		282.380	71.044	40.163	1.492.162	1.496.255	968.939
Não circulante							
Ativo Financeiro	7	-	-	-	5.023.691	4.532.622	4.616.245
Serviços em curso	10	-	-	-	2.384	2.384	-
Impostos a recuperar	8	-	-	-	4.588	11.159	10.639
Depósitos judiciais e cauções	9	-	-	-	10.171	10.394	10.513
Empréstimos	10	91.397	-	-	-	-	-
Impostos diferidos	21	-	-	-	4.299	1.974	3.160
Instrumentos financeiros derivativos	16	-	-	-	374.812	232.202	-
Partes relacionadas	10	20.559	-	-	13.881	7.418	7.223
Outros ativos não circulantes		-	-	-	-	-	164
Investimentos	11	1.816.758	1.810.301	1.628.000	-	-	-
Direito de uso	12	-	-	-	29.594	-	-
Imobilizado	13	-	-	-	145.223	155.724	162.017
Intangível	14	-	-	-	2.705.156	1.945.328	1.980.377
Total ativo não circulante		1.928.714	1.810.301	1.628.000	8.313.799	6.899.205	6.790.338
Total dos ativos		2.211.094	1.881.345	1.668.163	9.805.961	8.395.460	7.759.277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018	31/12/2019	31/12/2018	01/01/2018
Passivo							
Circulante							
Fornecedores	15	154	7.182	19.464	27.791	23.311	23.037
Empréstimos, financiamentos e debêntures	16	-	-	-	205.208	1.299.119	4.385.627
Empréstimos com partes relacionadas	10	-	-	-	-	922	8.154
Arrendamentos	17	-	-	-	2.698	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas		-	-	-	13.659	4.990	2.415
Impostos a recolher	18	63	15	64	203.486	198.990	1.131
Dividendos e JSCP	10	113.608	54.340	2.093	173.714	105.495	7.706
Encargos setoriais	19	-	-	-	20.276	13.393	-
Instrumentos financeiros derivativos	16	-	-	-	96.835	114.908	30.710
Outros passivos circulantes		-	-	-	126	4.654	-
Provisão - Capex melhorias	20	-	-	-	35.178	-	-
Total passivo circulante		113.825	61.537	21.621	778.971	1.765.782	4.458.780
Não circulante							
Empréstimos, financiamentos e debêntures		-	-	-	4.333.690	3.030.168	93.527
Empréstimos com partes relacionadas		91.397	-	-	91.397	87.313	79.718
Arrendamentos	17	-	-	-	27.952	-	-
Impostos a recolher	18	-	-	-	351	350	352
Provisão para descomissionamento		-	-	-	6.228	5.834	5.422
Impostos diferidos	21	-	-	-	103.759	71.590	35.381
Instrumentos financeiros derivativos	16	-	-	-	63.537	-	-
Partes relacionadas	10	15.302	-	-	8.838	-	-
Provisão - Capex melhorias	20	-	-	-	786.185	-	-
Total passivo não circulante		106.699	-	-	5.421.937	3.195.255	214.400
Patrimônio Líquido	22						
Capital social		1.630.507	1.630.372	1.630.277	1.630.507	1.630.372	1.630.277
Outros resultados abrangentes		(22.792)	(136)	(5.566)	(22.792)	(136)	(5.566)
Reservas de lucro		382.855	189.572	21.831	382.855	189.572	21.831
Participação de não controladores		-	-	-	1.614.483	1.614.615	1.439.555
Total patrimônio líquido		1.990.570	1.819.808	1.646.542	3.605.053	3.434.423	3.086.097
Total dos passivos e patrimônio líquido		2.211.094	1.881.345	1.668.163	9.805.961	8.395.460	7.759.277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



SPIC Brasil Energia Participações S.A.

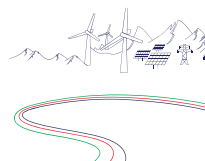
Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto resultado por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita operacional líquida	24	-	-	1.553.595	1.291.941
Custo de operação	25	-	-	(364.184)	(219.493)
Lucro bruto		-	-	1.189.411	1.072.448
Resultado da equivalência patrimonial	11	253.264	224.270	-	-
Depreciação e amortização	25	-	-	(2.572)	(819)
Administrativas e gerais	25	(6.295)	(4.173)	(67.623)	(60.749)
Outras (despesas) receitas operacionais		-	-	-	(452)
Lucro antes do resultado financeiro		246.969	220.097	1.119.216	1.010.428
Resultado financeiro líquido	26				
Receitas financeiras		6.014	-	29.070	21.311
Despesas financeiras		(203)	(14)	(404.717)	(295.828)
Variação monetária/cambial líquida		(95)	-	(9.223)	(72.177)
		5.716	(14)	(384.870)	(346.694)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		252.685	220.083	734.346	663.734
Imposto de renda e contribuição social correntes	27	-	-	(191.513)	(185.332)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27	-	-	(53.153)	(42.935)
Lucro líquido do exercício		252.685	220.083	489.680	435.467
Parcela do resultado atribuída aos acionistas não controladores		-	-	(236.995)	(215.384)
Lucro líquido do exercício		252.685	220.083	252.685	220.083
Lucro por ação	23				
Quantidade de ações no final do exercício		1.515.701	1.515.701	1.515.701	1.515.701
Lucro líquido por ação, básico e diluído		0,1667	0,1452	0,3231	0,2873

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

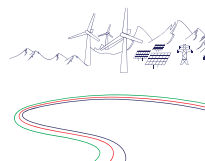


SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	<u>252.685</u>	<u>220.083</u>	<u>252.685</u>	<u>220.083</u>
Outros resultados abrangentes				
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para o resultado				
<i>Hedges</i> de fluxo de caixa	(34.327)	8.228	(34.327)	8.228
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>11.671</u>	<u>(2.798)</u>	<u>11.671</u>	<u>(2.798)</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>230.029</u>	<u>225.513</u>	<u>230.029</u>	<u>225.513</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

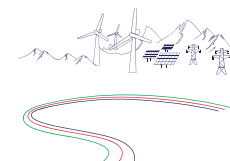


SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Outros resultados abrangentes	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Total	Não controladores	Total consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)	1.630.277	(5.566)	21.831	-	1.646.542	1.439.555	3.086.097
Lucro líquido do exercício				220.083	220.083	215.383	435.466
Outros resultados abrangentes					-		
Hedge de fluxo de caixa		8.228			8.228	7.906	16.134
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2.798)			(2.798)	(2.689)	(5.487)
					-		
Destinação do resultado do exercício					-		
Constituição de reserva legal			10.999	(10.999)	-		-
Destinação de dividendos mínimos obrigatórios				(52.247)	(52.247)	(45.540)	(97.787)
Destinação para reserva de lucros	95		156.742	(156.837)	-		-
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	1.630.372	(136)	189.572	-	1.819.808	1.614.615	3.434.423
Lucro líquido do exercício				252.685	252.685	236.995	489.680
Outros resultados abrangentes					-		
Hedge de fluxo de caixa		(34.327)			(34.327)	(32.981)	(67.308)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		11.671			11.671	11.214	22.885
					-		
Destinação do resultado do exercício					-		
Constituição de reserva legal			12.478	(12.478)	-		-
Destinação de dividendos de 2018				(59.267)	(59.267)	(215.360)	(274.627)
Destinação para reserva de lucros	135		180.805	(180.940)	-		-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.630.507	(22.792)	382.855	-	1.990.570	1.614.483	3.605.053

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

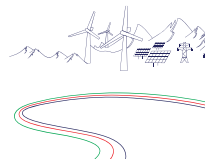


SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	252.685	220.083	489.680	435.466
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais				
Tributos diferidos	-	-	29.845	56.789
Ativo financeiro	-	-	(1.103.207)	(954.744)
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	-	-	307	1.589
Depreciações e amortizações	-	-	86.973	57.154
Amortização de juros capitalizados e fornecimento de energia	-	-	202	622
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	186	-	403.994	366.769
Arrendamentos e aluguéis - AVP	-	-	2.595	-
CAPEX melhoria - AVP	-	-	6.319	-
Resultado de equivalência patrimonial	(253.264)	(224.270)	-	-
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária	-	-	5.210	4.404
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária	(186)	-	(1.949)	-
Outros	-	-	(478)	4.639
	<u>(579)</u>	<u>(4.187)</u>	<u>(80.509)</u>	<u>(27.312)</u>
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Consumidores e concessionárias	-	-	5.727	(47.808)
Ativo financeiro	-	-	914.490	809.433
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(1.058)	-	158.948	(208.935)
Estoques	-	-	(7.288)	-
Cauções e depósitos vinculados	-	-	428	-
Despesas antecipadas	-	-	(378)	(1.321)
Adiantamentos	-	(60)	-	(1.902)
Outros ativos operacionais	9.591	-	8.961	(351)
	<u>8.533</u>	<u>(60)</u>	<u>1.080.888</u>	<u>549.116</u>
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Fornecedores	(7.028)	(12.282)	4.482	437
Outros tributos e contribuições sociais	48	(48)	2.343	185.131
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	22.899	16.915
Obrigações estimadas com pessoal	-	-	8.575	3.356
Encargos regulamentares e setoriais	-	-	1.669	8.989
Outros passivos operacionais	15.302	-	10.164	(1.197)
	<u>8.322</u>	<u>(12.330)</u>	<u>50.133</u>	<u>213.631</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	16.276	(16.577)	1.050.512	735.435
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos	218.809	-	-	-
Adições ao Imobilizado e Intangível	-	-	(13.281)	(16.889)
Adições CAPEX melhorias	-	-	(3.840)	-
Partes relacionadas	(111.955)	-	(111.688)	-
Caixa líquido aplicados nas atividades de investimento	106.854	-	(128.809)	(16.889)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	-	(206.406)	-
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	91.211	-	1.245.543	4.190.512
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos, derivativos e debêntures	-	-	(1.117.243)	(4.363.172)
Pagamentos de encargos de dívidas líquido de derivativos	-	-	(392.592)	(474.108)
Pagamentos de arrendamentos e aluguéis	-	-	(4.793)	-
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento	91.211	-	(475.491)	(646.768)
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	214.341	(16.577)	446.212	71.778
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	222.553	8.212	684.415	238.203
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.212	24.789	238.203	166.425
	<u>214.341</u>	<u>(16.577)</u>	<u>446.212</u>	<u>71.778</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



1. Contexto operacional

A SPIC Brasil Energia Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em março de 2017, com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo. A Controladora direta da Companhia é a SPIC Green Energy Ltda., com sede em Hong Kong.

A Companhia tem como principal atividade a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no País ou no exterior (“holding”).

A Companhia é controladora da UHE São Simão S.A. (“Controlada”), por intermédio de sua participação de 51% do capital social desta empresa, que tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir da Usina São Simão localizada na Cidade de Santa Vitória, no Estado de Minas Gerais.

A UHE São Simão Energia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de março de 2017, com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo. A controladora direta da Companhia é a SPIC Brasil Energia Participações S.A.

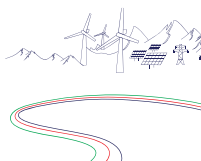
A Companhia tem como principal atividade a geração de energia elétrica a partir da Usina São Simão localizada na Cidade de Santa Vitória, no Estado de Minas Gerais.

Contrato de concessão

Em 27 de setembro de 2017, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL realizou o Leilão de Concessões, onde a Companhia foi ganhadora da concessão da Usina São Simão, e foi alocada no regime cotas de suas garantias físicas de energia e de potência. A Companhia assinou o Contrato de Concessão para prestação do serviço de geração de energia elétrica nº 001/2017 em 10 de novembro de 2017, que permite a exploração da Usina pelo período de 30 anos.

A capacidade instalada da Usina é de 1710 MWm, sendo a energia assegurada de 1202 MWm. Da energia assegurada, a Companhia possui comercializado 1202 MWm nos seguintes ambientes: a) 841,4 MWm em regime de alocação de cotas de garantia física e de potência às concessionárias do serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional - SIN; b) 306,6 MWm no Ambiente de Contratação Livre - ACL por meio de contratos de curto e longo prazos, negociados com terceiros.

A Companhia é controladora da Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. (“Controlada”), por intermédio de sua participação de 100% do capital social desta empresa que tem como objeto social e atividade preponderante, diretamente ou pela participação em outras sociedades, a constituição, a formação e a participação em projetos eólicos e parques eólicos, assim como a participação e o gerenciamento de empresas geradoras de energia, sendo estas renováveis ou não, o desenvolvimento de estudos de viabilidade, a implantação de fazendas eólicas, a criação, a participação e a comercialização de fontes geradoras de energia oriundas de fontes renováveis, o gerenciamento, a montagem e a administração de projetos de telecomunicações e a informatização de projetos eólicos e centrais eólicas.



A Pacific Hydro Brasil é detentora de 100% do capital social das empresas: Central Eólica Paraíso Azul S/A, Central Eólica Paraíso Farol S/A, Millenium Central Geradora Eólica S.A. e Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A. e 89,9% da Energia Limpa Participações Ltda.

- Central Eólica Paraíso Azul S/A representa o projeto do parque eólico Paraíso Azul situado em Touros-RN, este projeto está em fase de negociações para participação de leilão de energia.
- Central Eólica Paraíso Farol S/A representa o projeto do parque eólico Paraíso Farol situado em Touros-RN, este projeto está em fase de negociações para participação de leilão de energia.
- Energia Limpa Participações Ltda., empresa proprietária do terreno do futuro parque eólico Paraíso Azul.
- O parque eólico da Millenium Central Geradora Eólica S.A. entrou em operação em 28 de novembro de 2007, com capacidade de geração de energia de 10,2 MW.
- O parque eólico da Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A. entrou em operação em 14 de janeiro de 2009, com capacidade de geração de energia de 48 MW.

A energia gerada por esses parques é vendida à Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobrás de acordo com o contrato celebrado com aquela companhia no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA).

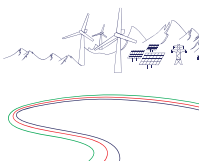
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Em 22 de fevereiro de 2020, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

2.1 Declarações de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)

As demonstrações contábeis individuais da controladora, identificadas como “Controladora” ou “Individuais”, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia considerou as diretrizes contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.



2.2 Moedas funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Critério de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a controlada UHE São Simão Energia S.A. e Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda., Todos os saldos e transações com a empresa controlada são eliminados no processo de consolidação.

Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações contábeis, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício.

As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem, exceto:

- Variações cambiais decorrentes de transações em moeda estrangeira designadas para proteção (hedge) contra riscos de mudanças nas taxas de câmbio.
- Variações cambiais sobre itens monetários a receber ou a pagar com relação a uma operação no exterior cuja liquidação não é estimada, tampouco tem probabilidade de ocorrer (e que, portanto, faz parte do investimento líquido na operação no exterior), reconhecidas inicialmente em “outros resultados abrangentes” e reclassificadas do patrimônio líquido para o resultado quando da realização desses itens monetários.

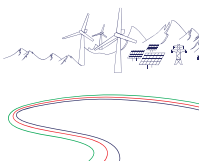
Para fins de apresentação destas demonstrações contábeis, os ativos e passivos das operações são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício.

Quando há baixa de uma operação no exterior, todo o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no patrimônio líquido é reclassificado para o resultado do exercício.

2.4 Bases de preparação e apresentação

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando: (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca



SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2018			1º de janeiro de 2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	163.381	74.822	238.203	94.707	71.718	166.425
Concessionárias	45.852	21.620	67.472	-	21.976	21.976
Ativo financeiro	960.000	-	960.000	755.941	-	755.941
Impostos a recuperar	217.252	3.892	221.144	5.707	6.033	11.740
Partes relacionadas	9.532	(6.501)	3.031	9.532	868	10.400
Instrumentos financeiros derivativos	237	-	237	-	-	-
Outros ativos	3.870	2.298	6.168	351	2.106	2.457
Total ativo circulante	1.400.124	96.131	1.496.255	866.238	102.701	968.939
Não circulante						
Ativo Financeiro	4.532.622	-	4.532.622	4.616.245	-	4.616.245
Serviços em curso	-	2.384	2.384	-	-	-
Impostos a recuperar	-	11.159	11.159	-	10.639	10.639
Depósitos judiciais e cauções	-	10.394	10.394	-	10.513	10.513
Impostos diferidos	-	1.974	1.974	-	3.160	3.160
Instrumentos financeiros derivativos	232.202	-	232.202	-	-	-
Partes relacionadas	-	7.418	7.418	-	7.223	7.223
Outros ativos não circulantes	-	-	-	-	164	164
Imobilizado	8.592	147.132	155.724	69	161.948	162.017
Intangível	1.891.716	53.612	1.945.328	1.931.512	48.865	1.980.377
Total ativo não circulante	6.665.132	234.073	6.899.205	6.547.826	242.512	6.790.338
Total dos ativos	8.065.256	330.204	8.395.460	7.414.064	345.213	7.759.277

	Consolidado					
	31 de dezembro de 2018			1º de janeiro de 2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	22.641	670	23.311	20.508	2.529	23.037
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.280.432	18.687	1.299.119	4.368.028	17.599	4.385.627
Empréstimos com partes relacionadas	-	922	922	-	8.154	8.154
Obrigações sociais e trabalhistas	3.356	1.634	4.990	-	2.415	2.415
Impostos a recolher	196.551	2.439	198.990	64	1.067	1.131
Dividendos e JSCP	105.495	-	105.495	7.706	-	7.706
Encargos setoriais	13.393	-	13.393	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	114.908	-	114.908	30.710	-	30.710
Outros passivos circulantes	4.654	-	4.654	-	-	-
Total passivo circulante	1.741.430	24.352	1.765.782	4.427.016	31.764	4.458.780
Não circulante						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.952.513	77.655	3.030.168	-	93.527	93.527
Empréstimos com partes relacionadas	-	87.313	87.313	-	79.718	79.718
Impostos a recolher	-	350	350	-	352	352
Provisão para descomissionamento	-	5.834	5.834	-	5.422	5.422
Impostos diferidos	66.673	4.917	71.590	30.639	4.742	35.381
Total passivo não circulante	3.019.186	176.069	3.195.255	30.639	183.761	214.400
Patrimônio líquido						
Capital social	1.515.700	114.672	1.630.372	1.515.700	114.577	1.630.277
Outros resultados abrangentes	(136)	-	(136)	(5.566)	-	(5.566)
Reservas de lucro	174.461	15.111	189.572	6.720	15.111	21.831
Participação de não controladores	1.614.615	-	1.614.615	1.439.555	-	1.439.555
Total patrimônio líquido	3.304.640	129.783	3.434.423	2.956.409	129.688	3.086.097
Total dos passivos e patrimônio líquido	8.065.256	330.204	8.395.460	7.414.064	345.213	7.759.277



SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

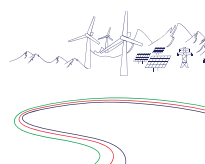
	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2018			31 de dezembro de 2018		
	Original	Ajuste	Reapresentado	Original	Ajuste	Reapresentado
Receita operacional líquida	-	-	-	1.232.669	59.272	1.291.941
Custo de operação	-	-	-	(143.962)	(75.531)	(219.493)
Lucro bruto	-	-	-	1.088.707	(16.259)	1.072.448
Resultado de equivalência patrimonial	224.175	95	224.270	-	-	-
Depreciação e amortização	-	-	-	(42.216)	41.397	(819)
Administrativas e gerais	(4.173)	-	(4.173)	(54.198)	(6.551)	(60.749)
Outras (despesas) receitas operacionais	-	-	-	-	(452)	(452)
Lucro antes do resultado financeiro	220.002	95	220.097	992.293	18.135	1.010.428
Resultado financeiro líquido						
Receitas financeiras	-	-	-	16.474	4.837	21.311
Despesas financeiras	(14)	-	(14)	(284.755)	(11.073)	(295.828)
Variação monetária/cambial líquida	-	-	-	(65.198)	(6.979)	(72.177)
	(14)	-	(14)	(333.479)	(13.215)	(346.694)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	219.988	95	220.083	658.814	4.920	663.734
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	(181.869)	(3.463)	(185.332)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	(41.573)	(1.362)	(42.935)
Lucro líquido do exercício	219.988	95	220.083	435.372	95	435.467
Parcela do resultado atribuída aos acionistas não controladores	-	-	-	(215.384)	-	(215.384)
Lucro líquido do exercício	219.988	95	220.083	219.988	95	220.083

2.6 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das informações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de suas controladas se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das informações contábeis, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (Nota 6); Ativo financeiro (Nota 7); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias (Nota 21); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 13 e 14); Provisões para Capex melhorias (Nota 20); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 28)



2.7 Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

3. Políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

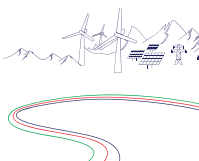
3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.2. Ativos da concessão

A Companhia considerou as orientações emanadas da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão e as orientações descritas em Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de Concessão, emitidas pelo CPC em dezembro de 2011 e dezembro de 2010, respectivamente, na contabilização inicial e mensuração subsequente do ativo financeiro da concessão.

Com base nas características do contrato de concessão, a Companhia concluiu que a outorga paga será recuperada por meio de três fluxos de caixa, sendo dois deles advindos de suas atividades reguladas: (a) O valor da RBO (Receita de Bonificação da Outorga), a ser recebida diretamente do Poder Concedente, que representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa, pela venda de energia no ambiente de



contratação regulado; e (b) Receita de Operação e Manutenção - O&M e CAPEX melhorias, para custear os custos de operação da usina e as melhorias nos ativos imobilizados da concessão; e um terceiro fluxo de caixa advindo de suas atividades não reguladas, representadas pela venda de energia do ambiente de contratação livre (emissão e faturamento mensal da medição de energia vendida) durante o prazo de concessão.

3.2.1. Ativos financeiro

O fluxo de caixa proveniente do recebimento da RAG (Receita Anual de Geração) referente ao fluxo de caixa pela venda de energia no ambiente de contratação regulado (ACR) - também denominado “regime de quotas”, foi classificado como ativo financeiro da concessão e representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa do Poder Concedente para a cobertura: i) do valor pago pela outorga para obtenção do direito de explorar a infraestrutura do serviço público; e ii) para cobertura dos gastos de Operação e Manutenção - O&M e CAPEX melhorias.

O ativo financeiro de concessão é mensurado no início da concessão pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes das parcelas a serem liquidadas, e posteriormente mantidas a valor justo por meio do resultado com base na taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente.

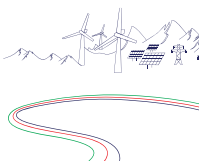
A Companhia classifica a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas com a sua atividade fim, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de geração de energia elétrica e propiciar uma melhor apresentação quanto a sua posição patrimonial e seu desempenho.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não identificou nenhum evento que possa impactar o fluxo estimado de caixa futuro do referido ativo de maneira significativa. A Administração da Companhia considera reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao longo do prazo do contrato de concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. Desta forma, nenhuma provisão para redução ao provável valor de recuperação foi constituída.

3.2.2. Intangível

Os ativos classificados como intangíveis representam substancialmente, o valor pago pela Companhia para adquirir o direito de vender parte da energia produzida no ambiente de contratação livre (ACL), por meio do uso da infraestrutura do serviço público ao longo do contrato da concessão.

O ativo intangível foi inicialmente reconhecido pelo seu valor justo na data de sua aquisição. Após o seu reconhecimento inicial, o ativo intangível será amortizado de forma linear pelo prazo do contrato de concessão, por ser considerado como de vida útil definida.



Os demais ativos intangíveis, tais como softwares, são registrados ao custo de aquisição, menos a amortização acumulada. Estes intangíveis possuem vidas úteis definidas com base na aquisição ou nos seus contratos comerciais e são amortizados pela sua vida útil econômica definida pelo poder concedente.

3.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa, pelo menos anualmente, o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

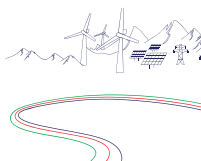
O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

3.4. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua



relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.5. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade, independente de quando o pagamento for recebido. A receita de energia é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia e contrato de concessão. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.6. Ativos intangíveis

Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis compreendem gastos relativos a desenvolvimento de softwares, o pagamento da Bonificação de Outorga, direito de uso e intangíveis relativos ao CAPEX melhoria.

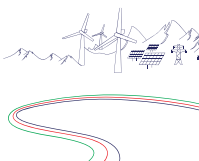
Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

Amortização é calculada sobre o custo do ativo, deduzido do valor residual levando em consideração o prazo de concessão da Companhia que se encerra em maio de 2048.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que



estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para a Bonificação de Outorga e o CAPEX melhoria é de 28 anos.

3.7. Impostos sobre vendas

As receitas de vendas de energia elétrica, bem como as demais receitas operacionais da Companhia, referentes ao contrato de concessão, estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS): 1,65% (regime não cumulativo);
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,60% (regime não cumulativo);

Esses tributos são deduzidos das receitas operacionais da Companhia, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. Os créditos de PIS e COFINS não cumulativos, sobre custos e despesas operacionais, são apresentados como redutores destes grupos de contas nas demonstrações contábeis.

3.8. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço.

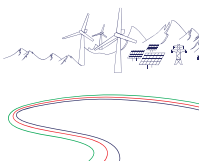
Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e



são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados nas alíquotas de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas de imposto (e legislação tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.9. Instrumentos financeiros

Classificação e mensuração

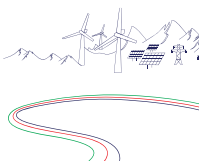
O CPC 48 apresenta uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem suas características de fluxo de caixa e o modelo de negócios em que os ativos são administrados.

O pronunciamento estabelece para ativos financeiros três categorias de classificação e mensuração: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A Companhia e suas controladas classificam os ativos financeiros como custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Redução ao valor recuperável

O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.



A Companhia após uma análise de crédito de seus clientes, não reconhece nenhuma perda esperada no período, pois de acordo com sua avaliação além do risco associado ser baixo, não há históricos de perda.

O CPC 48 exige que a Companhia e sua controlada assegure que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco estabelecidas pela Administração, aplicando uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. A nova norma vem introduzir um modelo menos restritivo ao hedge, exigindo uma relação econômica entre o item coberto e o instrumento de hedge em que o índice de cobertura seja o mesmo que aplicado pela entidade para a gestão de risco.

Contabilização de hedge

A Companhia designa certos instrumentos de hedge, incluindo derivativos, relacionados a risco com moeda estrangeira, como hedge de fluxo de caixa.

No início da operação de hedge, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações. Adicionalmente, a Companhia avalia se o instrumento de hedge usado em uma relação de hedge é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de hedge, atribuível ao risco sujeito a hedge.

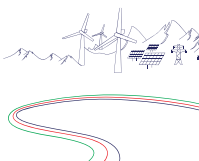
A nota explicativa nº 16 traz maiores detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de hedge.

Hedges de fluxo de caixa

A parcela efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como hedge de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica “Reserva de hedge de fluxo de caixa”. Os ganhos ou as perdas relacionadas à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado na rubrica “Outros ganhos e perdas” no resultado financeiro.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de hedge afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido.

A contabilização de hedge é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de hedge, o instrumento de hedge vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de hedge. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.



3.10. Arrendamentos

Adoção às normas de contabilidade novas e revisadas

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, conseqüentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes, que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, e que foram devidamente adotadas pela Companhia. A relação destas normas e seus respectivos impactos, estão descritos abaixo:

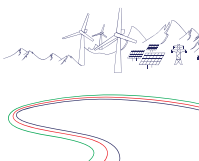
CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil

Em dezembro de 2017 foi emitido o CPC 06 (R2), em correlação à norma IFRS 16, que introduziu novas regras para as operações de arrendamento mercantil. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes de modo que representem fielmente essas transações. O CPC 06 (R2) requer que os arrendatários passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, porém foram criadas isenções opcionais para arrendamentos de curto prazo e de baixo valor. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2), em geral, foi aplicado retrospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações.

Esta norma impactou o registro das operações de arrendamento mercantil operacional que a Companhia possui em aberto. Nos casos em que a Companhia é arrendatária, a mesma reconheceu: (i) pelo direito de uso do objeto dos arrendamentos, um ativo; (ii) pelos pagamentos estabelecidos nos contratos, trazidos a valor presente, um passivo; (iii) despesas com depreciação/amortização dos ativos; e (iv) despesas financeiras com os juros sobre obrigações do arrendamento. Em contrapartida, a Companhia deixou de registrar no resultado os gastos relativos à aluguéis e arrendamentos enquadrados no CPC 06 (R2).

A Companhia e suas controladas aplicaram o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019 utilizando a abordagem prospectiva, ou seja, o efeito da adoção foi reconhecido nos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas. Assim sendo, a Companhia não adotou o expediente prático que a isentaria de aplicar o novo pronunciamento para contratos que anteriormente estavam no alcance CPC 06 (R1).

A Companhia e suas controladas mantém contratos de arrendamento de aluguel de imóvel da sede e terrenos onde se localizam seus parques eólicos. Esses contratos são considerados como arrendamentos mercantis conforme nova metodologia.



3.11. ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em dezembro de 2018 foi emitido o ICPC 22, em correlação à norma IFRIC 23, que procura esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 – Tributos sobre o lucro quando há incerteza sobre posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades. A Interpretação determina que é necessário avaliar se é provável que a autoridade fiscal aceitará o tratamento fiscal escolhido pela entidade: (i) se sim, a mesma deve reconhecer o valor nas demonstrações financeiras, conforme apuração fiscal, e considerar a divulgação de informações adicionais sobre a incerteza do tratamento fiscal escolhido; (ii) se não, a entidade deve reconhecer um valor diferente em suas demonstrações financeiras em relação à apuração fiscal de forma a refletir a incerteza do tratamento fiscal escolhido.

Para as posições fiscais sobre as quais há incerteza no seu tratamento, a Companhia e suas controladas concluíram que seja provável que as mesmas sejam contempladas na jurisprudência tributária sendo que, por essa razão, a Companhia e suas controladas entendem que esta interpretação não gerará efeitos relevantes nas demonstrações contábeis.

4. Combinação de Negócios sobre controle comum

Em 01 de agosto de 2019, a Companhia adquiriu 100% do capital social da empresa Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda. pelo valor de R\$ 114.806 referente ao Patrimônio Líquido registrado e validado por laudo de avaliação. Nesta data a Companhia assinou Instrumento particular de assunção de dívida que a adquirida mantinha com a antiga matriz.

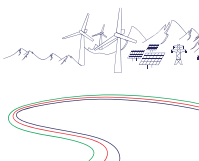
Por definição de política contábil do grupo a Companhia adotou o predecessor accounting method, rerepresentando suas demonstrações contábeis para refletir os valores da aquisição ocorrida em 2017 pela controladora final do grupo SPIC Green Energy Ltd. a qual gerou um ágio na operação no valor de R\$ 15.111.

A rerepresentação está descrita na Nota explicativa nº 2.5.

5. Caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixas e Bancos	3	-	3.688	1.478
Aplicações financeiras de curto prazo	222.550	8.212	680.727	236.725
	222.553	8.212	684.415	238.203

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos estão remunerados à taxa entre 93% e 98% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e são vinculados a modalidade de aplicação CDB.



6. Concessionárias

	Consolidado		Saldo líquido em 31/12/2019	Saldo líquido em 31/12/2018
	Corrente a Vencer			
	Até 60 dias	Mais de 60 dias		
Circulante				
Suprimento de energia elétrica	48.814	11.503	60.317	65.779
Energia de curto prazo - CCEE	2.342	-	2.342	1.693
Total Circulante	51.156	11.503	62.659	67.472

Contas a receber decorrente do suprimento de energia elétrica nos ambientes regulados e livres. Não há saldos em atraso em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e, portanto, não foi necessário o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

7. Ativo financeiro

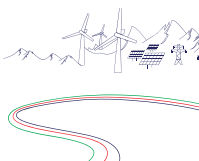
Em 10 de novembro de 2017, a controlada UHE São Simão firmou com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por um prazo de 30 anos, contrato de concessão para prestação o serviço de geração de energia elétrica em regime de cotas de garantia física de energia e potência referente a Usina São Simão. A concessão pertencia à Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), tendo ido a leilão em 27 de setembro de 2017, conforme parâmetros técnicos e econômicos estabelecidos na Resolução nº 12/2017, do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). A bonificação pela outorga paga pela Companhia na aquisição do direito de explorar a Usina São Simão foi de R\$ 7.180.000 e o pagamento se deu em parcela única em 28 de novembro de 2017.

Na assinatura do contrato, a controlada UHE São Simão optou pela operação assistida pelo período de 180 dias contados a partir daquela data, portanto, a assunção do serviço de geração por parte da controlada ocorreu no dia 10 de maio de 2018, quando assumiu a operação da Usina São Simão, data em que o período de 30 anos previsto no contrato de concessão passou a vigorar.

A energia produzida, conforme capacidade da usina é destinada na proporção de 70% ao ACR (Ambiente de Contratação Regulado) no Sistema de Cota de Garantia Física, e 30% ao ACL (Ambiente de Contratação Livre).

Durante o período da concessão, a Companhia fará jus ao recebimento da Receita Anual de Geração (RAG) no montante estabelecido de R\$ 1.032.161, sendo R\$ 796.629 referente a parcela da RBO (Receita de bonificação da Outorga) e R\$ 235.532 referente a GAG (Custo de Gestão dos Ativos de Geração), que inclui a receita de Operação e Manutenção - O&M e os investimentos de melhorias (CAPEX) durante prazo de concessão, conforme estabelecido no contrato de concessão. Estes montantes foram reduzidos em 70% a partir de 10 de maio de 2018, conforme Nota Técnica nº 159 de 11 de julho de 2018, sendo R\$ 577.641 referente a parcela da RBO e R\$ 164.872 referente a GAG.

Os valores da RAG previstos no contrato de concessão foram atualizados, conforme Resolução Homologatória ANEEL nº 2.587 de 23 de julho de 2019, sendo R\$ 599.144 referente a parcela da RBO e R\$ 178.047 referente a GAG.



SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Com base nas características do contrato de concessão, a Companhia concluiu que a outorga paga será recuperada por meio de dois fluxos de caixa: (a) O valor da RBO (Receita de Bonificação da Outorga) e GAG (Custo de Gestão dos Ativos de Geração), a ser recebida diretamente do Poder Concedente, que representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa, pela venda de energia no ambiente de contratação regulado; e (b) Pela venda de energia do ambiente de contratação livre (emissão e faturamento mensal da medição de energia vendida) durante o prazo de concessão.

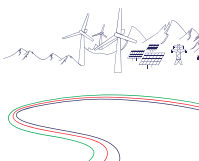
Com base nesse entendimento, a Companhia aplicou o modelo bifurcado, o qual utilizou o método do valor justo relativo (*relative fair value*), que melhor reflete seu modelo de negócio, e então, procedeu com o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa futuros a ser liquidada do ACR e ACL para determinar o montante a ser bifurcado entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível.

O montante apurado que representa o direito incondicional da Companhia de receber caixa durante o período de concessão foi classificado como ativo financeiro. O ativo financeiro da concessão será remunerado a uma taxa de 18,15% a.a., antes dos impostos, calculada com base no fluxo de caixa futuro pelo recebimento da RBO e GAG. Esta taxa de desconto foi revisada em 2019 para refletir o modelo de negócio adotado pela Companhia que é receber os fluxos de caixa da RBO e GAG O&M e CAPEX melhorias.

A Companhia classifica os saldos do ativo financeiro como instrumentos financeiros “valor justo por meio de resultado”, pois o fluxo de caixa não é caracterizado apenas como principal e juros. O modelo de negócio da Companhia para este ativo é recuperar o investimento realizado, cuja valorização é baseada no fluxo de caixa futuro pelo recebimento da RBO e GAG, acrescido de correção monetária pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A movimentação do ativo financeiro foi como segue:

	31/12/2018	Receita financeira	Variação monetária	(-) Faturamento RAG	31/12/2019
Ativo financeiro - RBO	5.926.259	617.549	233.205	(632.467)	6.144.546
Ativo financeiro - GAG	126.217	349.522	15.380	(375.235)	115.884
(-) PIS/COFINS	(559.854)	(89.454)	(22.994)	93.212	(579.090)
Total	5.492.622	877.617	225.591	(914.490)	5.681.340
Circulante	960.000				657.649
Não Circulante	4.532.622				5.023.691
Total	5.492.622				5.681.340



SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

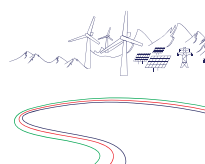
8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Impostos a recuperar (PIS e COFINS)			4.986	7.742
Impostos recolhidos por estimativa (IRPJ e CSLL)			49.467	193.496
Impostos retidos por clientes (IRRF, PIS, COFINS e CSLL)			3.142	4.678
Impostos e tributos a compensar (outros)	1.243		20.062	26.387
	1.243	-	77.657	232.303
Ativo circulante	1.243	-	-	221.144
Ativo não circulante	-	-	-	11.159
	1.243	-	-	232.303

9. Cauções e depósitos judiciais

	Consolidado	
	Não Circulante	
	31/12/2019	31/12/2018
Depósitos judiciais	282	282
Citibank - conta reserva (i)	-	314
Santander - conta reserva (i)	6.937	6.996
Banco Nordeste do Brasil S/A (ii)	2.952	2.799
Outros	-	3
Total	10.171	10.394

- (i) Os depósitos vinculados no montante de R\$6.937 em 31 de dezembro de 2019 (R\$6.996 em 2018) referem-se substancialmente à aplicação financeira realizada pela controlada Vale dos Ventos Geradora Eólica S.A. no Fundo Santander cash green (Fundo Western Asset Soberano em 2017), e será mantida até a data do vencimento do empréstimo captado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em junho de 2023; e
- (ii) Refere-se, integralmente, a aplicação financeira realizada pela controlada Millennium, remunerada à taxa de 99% do CDI, e será mantida pela Empresa até a data de seu vencimento em 01 de maio de 2026, como conta reserva do empréstimo captado com o Banco Nordeste do Brasil.



SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Partes Relacionadas

	Natureza	Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Balanco patrimonial					
Ativo					
UHE São Simão Energia	Dividendos	58.584	53.240	-	-
ZHEJIANG Energy International	Custos compartilhados	9.054	6.808	9.054	6.809
ZLCFB - Hong Kong Intern Invest Coop	Custos compartilhados	1.811	1.362	1.811	1.362
CPD Energy Investment CO	Custos compartilhados	1.811	1.362	1.811	1.362
Pacific Hydro Energia do Brasil	Mútuo	91.397	-	-	-
Pacific Hydro Energia do Brasil	Reembolso de custos de projetos	7.884	-	-	-
Pacific Hydro Australia - WHT	Reembolso de custos de projetos	-	-	748	748
SPIC - Proj.Jasmine	Reembolso de custos de projetos	-	-	-	-
Global Tender Offer	Reembolso de custos de projetos	-	-	376	376
SPIC	Reembolso de custos de projetos	-	-	118	118
SPIC - Projeto Sambaqui	Reembolso de custos de projetos	-	-	387	387
SPIC - Brasil Participações	Reembolso de custos de projetos	-	-	1.418	1.418
SPIC - Projeto SAE	Reembolso de custos de projetos	-	-	85	85
Outros	Reembolso de custos de projetos	-	-	458	169
Total ativo		170.540	62.772	16.265	12.833
Passivo					
SPIC Green Energy Ltd	Dividendos	113.608	54.340	-	-
Pacific Hydro International	Mútuo	-	-	942	28.032
Pacific Hydro Chile	Reembolso de custos de projetos	-	-	12	12
Pacific Hydro PTY LTD	Mútuo	-	-	-	60.191
SPIC Pacific Hydro PTY	Mútuo	91.397	-	91.397	-
SPIC Pacific Hydro PTY	Reembolso de custos de projetos	7.884	-	7.884	-
Pacific Hydro Energia do Brasil	Reembolso de custos de projetos	7.418	-	-	-
Total passivo		220.307	54.340	100.235	88.235
Resultado					
SPIC Pacific Hydro PTY	Mútuo	(7.210)	-	-	-
Pacific Hydro Energia do Brasil	Mútuo	7.210	-	-	-
Total Resultado		-	-	-	-

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a remuneração dos administradores no consolidado totalizou R\$4.280 (R\$3.990 em 2018).

O mútuo entre a Pacific Hydro Brasil e a Pacific Hydro Internacional no valor de R\$ 95.658 em 2018 foi transferido para sua nova controladora SPIC Brasil Energia Participações S.A., conforme contrato assinado em 01 de agosto de 2019, esta transação ocorreu em decorrência da transferência do controle da Pacific Hydro Brasil para a SPIC Brasil.

Não houve transações de compras e vendas entre as partes relacionadas durante os exercícios de 2019 e 2018.



SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Investimento

a. Composição do investimento e informações sobre as controladas:

	Composição do investimento		Informações sobre as controladas				
	31/12/2019	31/12/2018	Percentual de participação	Ativo	Passivo 2019	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Participações em empresas Controladas							
UHE São Simão Energia	1.680.379	1.680.518	51%	9.232.440	9.232.440	3.294.861	483.663
Pacific Hydro Energia do Brasil	136.379	129.783	100%	329.357	329.357	121.267	6.596
Total Investimentos	1.816.758	1.810.301					

b. Movimentação do investimento:

	Saldo em 31/12/2018	Outros resultados abrangentes	MEP	Dividendos	Saldo em 31/12/2019
São Simão Energia	1.680.518	(22.655)	246.668	(224.152)	1.680.379
Pacific Hydro Energia do Brasil	129.783	-	6.596	-	136.379
Total	1.810.301	(22.655)	253.264	(224.152)	1.816.758

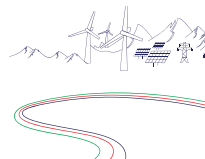
12. Direito de uso

Referem-se aos ativos decorrentes da aplicação do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019 (Notas 3.11 e 17). O principal ativo reconhecido possui a seguinte característica:

- Terrenos: referem-se, substancialmente, aos contratos de arrendamentos de terras relativos aos parques eólicos das empresas Vale dos Ventos e Millennium.
- Edificações, obras civis e benfeitorias: referem-se, substancialmente, aos contratos de aluguéis relativo às sedes das controladas UHE São Simão e Pacific Hydro Brasil.

a. Composição do ativo de direito de uso

	Consolidado			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Direito de uso				
Administração				
Aluguéis de imóveis	12,63%	20.868	(2.096)	18.772
		20.868	(2.096)	18.772
Atividades não vinculadas à concessão				
Arrendamento de terras	11,44%	11.788	(1.171)	10.617
Aluguéis de imóveis	32,31%	303	(98)	205
		12.091	(1.269)	10.822
Total direito de uso		32.959	(3.365)	29.594



b. Movimentação do ativo de direito de uso

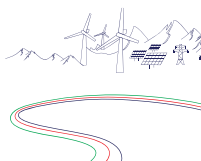
	Consolidado				Valor líquido em 31/12/2019
	Valor líquido em 31/12/2018	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Correção contratual	Depreciações	
Ativos de direito de uso					
Arrendamento de terras	-	11.365	423	(1.171)	10.617
Aluguéis de imóveis	-	18.976	2.195	(2.194)	18.977
Total Ativos de direito de uso	-	30.341	2.618	(3.365)	29.594

13. Imobilizado

Os ativos imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado, quando aplicável, os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015. No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

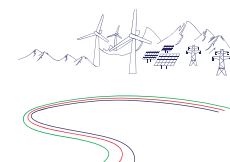


SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Composição do Imobilizado

Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2019			31/12/2018			
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço - tangível								
Geração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,41%	382	(18)	364	0,00%	-	-	
Máquinas e equipamentos	9,07%	2.813	(263)	2.550	8,77%	3.907	(156)	
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	
Móveis e utensílios	6,25%	329	(20)	309	0,00%	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	
		<u>3.524</u>	<u>(301)</u>	<u>3.223</u>		<u>3.907</u>	<u>(156)</u>	
Administração								
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	3.292	(165)	3.127	3,33%	2.813	(71)	
Máquinas e equipamentos	12,99%	2.699	(489)	2.210	12,69%	2.229	(349)	
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	
Móveis e utensílios	6,25%	241	(6)	235	6,25%	80	(1)	
		<u>6.232</u>	<u>(660)</u>	<u>5.572</u>		<u>5.122</u>	<u>(421)</u>	
Atividades não vinculadas à concessão								
Terrenos	-	602	-	602	-	541	-	
Edificações, obras civis e benfeitorias	11,51%	23.613	(13.455)	10.158	11,51%	12.618	(7.140)	
Máquinas e equipamentos	10,11%	256.925	(143.341)	113.584	9,96%	274.046	(138.840)	
Veículos	20,00%	410	(249)	161	20,00%	410	(168)	
Móveis e utensílios	10,44%	692	(178)	514	10,44%	669	(113)	
Descomissionamento	10,10%	5.422	(973)	4.449	10,10%	5.422	(487)	
		<u>287.664</u>	<u>(158.196)</u>	<u>129.468</u>		<u>293.706</u>	<u>(146.748)</u>	
Total do imobilizado em serviço		<u>297.420</u>	<u>(159.157)</u>	<u>138.263</u>		<u>302.735</u>	<u>(147.325)</u>	
Imobilizado em curso								
Geração	-	6.762	-	6.762	-	140	-	
Administração	-	198	-	198	-	5	-	
Atividades não vinculadas à concessão	-	-	-	-	-	169	-	
Total do imobilizado em curso		<u>6.960</u>	<u>-</u>	<u>6.960</u>		<u>314</u>	<u>-</u>	
Total do Imobilizado		<u>304.380</u>	<u>(159.157)</u>	<u>145.223</u>		<u>303.049</u>	<u>(147.325)</u>	

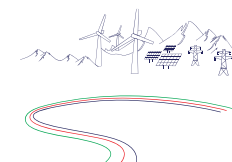


SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Movimentação do Imobilizado

Consolidado									
Tangível	Valor líquido em 31/12/2018		Transferência para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Outros - Transf. Para reparo.	Reclassificação	Impostos recuperáveis	Valor líquido em 31/12/2019
	Ingressos								
Imobilizado em serviço									
Edificações, obras civis e benfeitorias	8.220	-	283	(1.359)	-	-	6.332	173	13.649
Máquinas e equipamentos	140.837	964	545	(13.696)	(138)	(45)	(11.146)	1.024	118.345
Veículos	242	-	-	(81)	-	-	279	-	440
Móveis e utensílios	635	29	192	(83)	-	-	5	-	778
Descomissionamento	4.935	-	-	(486)	-	-	-	-	4.449
Total do imobilizado em serviço	154.869	993	1.020	(15.705)	(138)	(45)	(4.530)	1.197	137.661
Imobilizado em curso									
Terrenos	541	61	-	-	-	-	-	-	602
Edificações, obras civis e benfeitorias	78	205	(283)	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	236	7.931	(545)	-	(169)	(531)	-	-	6.922
Móveis e utensílios	-	215	(192)	-	-	-	-	-	23
Outros	-	15	-	-	-	-	-	-	15
Total do imobilizado em curso	855	8.427	(1.020)	-	(169)	(531)	-	-	7.562
Total do imobilizado	155.724	9.420	-	(15.705)	(307)	(576)	(4.530)	1.197	145.223

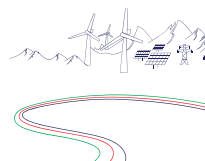


14. Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

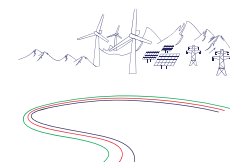


SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

a. Composição do intangível

	Taxas anuais médias de amortização %	Consolidado					
		2019			2018		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço							
Pesquisa e Desenvolvimento	5,00%	1.595	(864)	731	1.594	(847)	747
Gastos pré-operacionais	5,00%	7.560	(4.095)	3.465	-	-	-
Ágio no Investimento		22.410	-	22.410	22.410	-	22.410
Software	20,00%	5.492	(984)	4.508	439	(286)	153
Direito de concessão - Outros	3,34%	1.931.420	(106.052)	1.825.368	1.931.420	(41.627)	1.889.793
CAPEX melhorias	3,51%	819.279	(2.396)	816.883	-	-	-
Intangível em curso				-			
Projeto Paraíso Azul		10.521	-	10.521	10.161	-	10.161
Projeto Paraíso Farol		20.788	-	20.788	19.160	-	19.160
Outros projetos		40	-	40	-	-	-
Software		442	-	442	2.904	-	2.904
Total intangível		<u>2.819.547</u>	<u>(114.391)</u>	<u>2.705.156</u>	<u>1.988.088</u>	<u>(42.760)</u>	<u>1.945.328</u>



SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

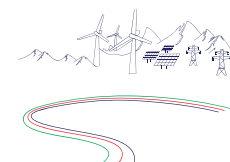
b. Movimentação do Intangível

	Consolidado					31/12/2019
	31/12/2018	Adições	Amortização	Transferência AIC p/ AIS	Reclassificação	
Intangível em serviço						
Pesquisa e Desenvolvimento	747	-	(79)	-	63	731
Gastos pré-operacionais	-	-	(378)	-	3.843	3.465
Ágio no Investimento	22.410	-	-	-	-	22.410
Software	154	-	(626)	4.356	624	4.508
Direito de concessão - Outros	1.889.793	-	(64.425)	-	-	1.825.368
Direito de uso - Arrendamento	-	-	-	-	-	-
CAPEX melhorias	-	819.279	(2.396)	-	-	816.883
Intangível em curso						
Projeto Paraíso Azul	10.161	360	-	-	-	10.521
Projeto Paraíso Farol	19.160	1.628	-	-	-	20.788
Outros projetos	-	40	-	-	-	40
Software	2.903	1.895	-	(4.356)	-	442
	<u>1.945.328</u>	<u>823.202</u>	<u>(67.904)</u>	<u>-</u>	<u>4.530</u>	<u>2.705.156</u>

(i) Referem-se aquisição de *software* e ao direito da Companhia de negociar energia elétrica no ambiente de contratação livre - ACL pelo uso de infraestrutura, originado da bifurcação requerida pelo ICPC 01 (R1), e estão registrados ao seu valor de custo.

A amortização é registrada com base na vida útil estimada de cada bem, limitada ao prazo final da concessão. As taxas de amortização utilizadas são as determinadas pela ANEEL, responsável por estabelecer a vida útil dos ativos de geração do setor elétrico, e estão previstas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico.

(ii) Refere-se ao reconhecimento inicial das provisões para CAPEX melhoria tratado como intangível demonstrado na nota explicativa nº 20.



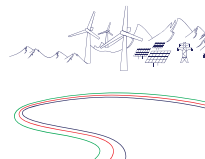
SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Fornecedores

A composição da conta de fornecedores é como segue:

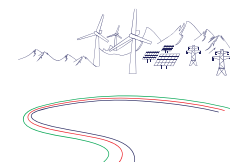
	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Encargos de uso do sistema de transmissão			16.978	14.016
Materiais e Serviços	154	7.182	10.813	9.295
	154	7.182	27.791	23.311



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

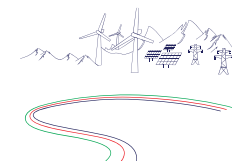
16. Empréstimos, financiamentos, debêntures e derivativos

Empresa	31/12/2019				Total	31/12/2018				Categoria	
	Encargos		Principal			Encargos		Principal			
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante		
Moeda nacional											
BNP Paribas (i)	UHE São Simão	1.417		199.741	201.158	9.150		1.100.000		1.109.150	Custo amortizado
Banco Nordeste do Brasil S.A. (ii)	Millennium	8		1.890	13.606			1.862	15.603	17.465	Custo amortizado
BNDES (iii)	Vale dos Ventos	217		17.555	46.317	280		16.545	62.052	78.877	Custo amortizado
Total		1.642		19.446	259.664	9.430		1.118.407	77.655	1.205.492	
Moeda estrangeira											
Spic Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L. (iv)	UHE São Simão	114.329		1.924.040	2.038.369	109.536			1.840.733	1.950.269	Custo amortizado
Spic Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L. (iv)	UHE São Simão	64.771		1.188.739	1.253.510	61.745			1.111.780	1.173.525	Custo amortizado
Total		179.100		3.112.779	3.291.879	171.282			2.952.513	3.123.795	
Debêntures											
Pentagono Trustee - Tranche 1 (v)	UHE São Simão	3.536		762.786	766.322					-	Valor justo
Pentagono Trustee - Tranche 2 (v)	UHE São Simão	1.485		198.461	199.946					-	Valor justo
Total		5.021		961.247	966.268						
Derivativos											
Bank of America Merrill Lynch (vi)	UHE São Simão	28.169		19.333	47.502	27.201				27.201	Valor justo
Banco Bradesco S.A. (vi)	UHE São Simão	9.435		6.482	15.917	9.111				9.111	Valor justo
JPMorgan Chase Bank (vi)	UHE São Simão	57.451		37.722	95.173	62.698				62.698	Valor justo
HSBC Brasil S.A. (vi)	UHE São Simão	1.780			1.780	15.898				15.898	Valor justo
Total		96.835		63.537	160.372	114.908				114.908	
Total de dívidas		282.598		19.446	4.397.227	4.699.270		1.118.407	3.030.168	4.444.195	



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (i) Contratação de dívida no montante total de: R\$200.000 junto ao BNP Paribas, com vencimento em 18 de agosto de 2022. Os montantes de R\$1.158 referem-se a juros incorridos no período.
- (ii) Contrato de financiamento, em moeda nacional, com taxa fixa de 9.5% a.a. capitado junto ao Banco do Nordeste (BNB), com vencimento previsto em 29 de maio de 2026.
- (iii) Contrato de financiamento, em moeda local, com juros indexados à TJLP + 2.87% a.a., observadas as regras estabelecidas no contrato obtido junto ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com vencimento previsto em 15 de junho de 2023 Contrato de financiamento, em moeda local, com juros indexados à TJLP + 2.87% a.a., observadas as regras estabelecidas no contrato obtido junto ao Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com vencimento previsto em 15 de junho de 2023.
- (iv) Contratação de empréstimos em moeda estrangeira (USD) totalizando o montante de R\$2.956.308 junto ao Spic Luxembourg Latin America Renewable Energy Investment Company S.À.R.L, sendo R\$1.101.733 ao custo de USD + 5,4706% a.a. com vencimento para 25 de outubro de 2021 e R\$1.854.575 ao custo de USD + 5,8588% a.a. com vencimento para 25 de outubro de 2023.
- (v) 1ª. Emissão de debêntures, em duas séries com rating 'BrAAA', a primeira (UHSM11) debênture incentivada (Lei12.431/11) no volume de R\$ 775.000 ao custo de IPCA + 3.54 a.a., com vencimento em 15/11/2029, a segunda (UHSM21) debênture simples no volume de R\$ 200.000 ao custo de CDI+0,58% a.a., com vencimento em 15/11/2024.
- (vi) Contratação de 06 Swaps, sendo dois com a instituição JPMorgan Chase Bank e Bank of America Merrill Lynch (BAML), e com as instituições HSBC Brasil S.A. (HSBC) e Banco Bradesco S.A. (Bradesco).

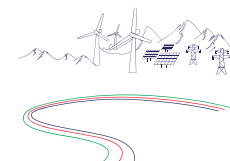


Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures é demonstrada abaixo:

	Valor líquido em 31/12/2018	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Juros integralizados	Transferência	Ajuste a valor de mercado	Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2019
Circulante										
Empréstimos e financiamentos										
Principal	1.118.609	-	(1.117.130)	-	235	17.902	-	-	-	19.616
Juros	180.713	-	(277.121)	274.465	-	-	2.685	-	-	180.742
Custo de transação	(203)	-	-	-	-	(170)	-	202	-	(171)
Swap	114.908	-	(115.471)	114.204	-	-	(16.806)	-	-	96.835
Debêntures										
Principal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros	-	-	-	5.021	-	-	-	-	-	5.021
Custo de transação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>1.414.027</u>	<u>-</u>	<u>(1.509.722)</u>	<u>393.690</u>	<u>235</u>	<u>17.732</u>	<u>(14.121)</u>	<u>202</u>	<u>-</u>	<u>302.043</u>
Não circulante										
Empréstimos e financiamentos										
Principal	3.030.605	200.000	-	-	-	(17.902)	24.610	-	135.657	3.372.970
Juros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo de transação	(437)	(275)	-	-	-	170	-	16	-	(526)
Swap	-	-	-	-	-	-	18.522	-	45.015	63.537
Debêntures										
Principal	-	975.000	-	-	-	-	-	-	6.225	981.225
Juros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo de transação	-	(20.393)	-	-	-	-	-	414	-	(19.979)
	<u>3.030.168</u>	<u>1.154.332</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(17.732)</u>	<u>43.132</u>	<u>430</u>	<u>186.897</u>	<u>4.397.227</u>

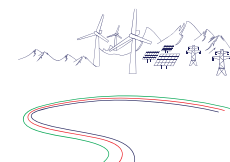
Abaixo as condições contratuais dos derivativos em 31 de dezembro de 2019, que totalizam o montante de R\$ 2.956.308:



SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Bancos	Data de emissão	Data de vencimento	Valor do ingresso R\$'000	Ingresso US\$'000	Pagamento de juros	Taxa contratual	Custo ativo	Custo passivo	Fair Value
Bank of America Merrill Lynch	29/10/2018	24/10/2023	371.700	100.000	Semestral	11,47%a.a.	48.038	(31.585)	16.453
Banco JP Morgan S.A.	30/10/2018	24/10/2023	1.109.875	297.235	Semestral	11,49%a.a.	138.531	(94.142)	44.389
Banco Bradesco S.A.	30/10/2018	24/10/2023	186.500	50.000	Semestral	11,47%a.a.	23.426	(15.917)	7.509
Bank of America Merrill Lynch	30/10/2018	24/10/2023	186.500	50.000	Semestral	11,47%a.a.	23.426	(15.917)	7.509
HSBC Brasil S.A.	29/10/2018	01/11/2021	730.733	198.407	Semestral	CDI + 1,85%a.a.	94.469	(1.780)	92.689
Banco JP Morgan S.A.	29/10/2018	01/11/2021	371.000	100.000	Semestral	CDI + 1,85%a.a.	46.922	(1.031)	45.891
							<u>374.812</u>	<u>(160.372)</u>	<u>214.440</u>



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os referidos mútuos foram suportados por garantias concedidas pela Matriz. As debêntures e o empréstimo bancário são *clean*.

16.1. Condições restritivas (covenants)

16.1.1. UHE São Simão

Apenas as debentures e o empréstimo com o Banco BNP Paribas estão sujeitos à covenants financeiros, conforme quadro a seguir:

Ano	Dívida Líquida / EBITDA
2019 a 2021	4,50
2022	4,00
2023	3,75
A partir de 2024 e até a Data de Vencimento	3,50

Considera-se:

(a) "Dívida Líquida" com base nas informações financeiras anuais consolidadas da Emissora preparadas de acordo com regras expedidas pela ANEEL, (i) a soma algébrica dos empréstimos, financiamentos, instrumentos de dívida de mercado de capitais local e internacional e do saldo líquido dos derivativos da Emissora, menos (ii) as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

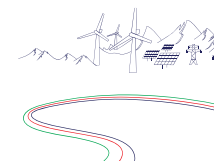
(b) "EBITDA" (Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization) com base nas informações financeiras anuais consolidadas da Emissora preparadas de acordo com regras expedidas pela ANEEL, o lucro da Emissora antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses acrescidos do resultado não operacional no período;

Os *covenants* financeiros foram cumpridos conforme as exigências demonstradas acima.

16.1.2. Millennium

As garantias concedidas pela controlada Millennium para obtenção do referido empréstimo com o Banco do Nordeste do Brasil S.A foram:

- Fiança de acionista;
- Cessão dos recebíveis da Eletrobrás;
- Conta reserva - Nota Explicativa nº 9.

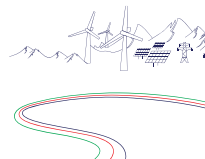


16.1.3. Vale dos Ventos

As principais garantias e cláusulas restritivas relacionadas ao contrato de financiamento da controlada Vale dos Ventos com o BNDES são as seguintes:

- Penhor de 100% do capital social da Companhia, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento;
 - Penhor de 100% das receitas auferidas, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento;
 - Penhor das máquinas e equipamentos no valor mínimo de R\$206.459;
 - Não constituição de qualquer ônus sobre os bens e direitos citados nos três tópicos acima;
 - Não constituir ônus ou vender nenhum bem relativo ao contrato de concessão, exceto em circunstâncias previstas no contrato de financiamento;
 - Manter em conta-reserva o equivalente a três meses do serviço da dívida projetado (vide Nota Explicativa nº 9);
 - Qualquer aumento do capital social será empenhado em favor do BNDES;
 - Creditar e liquidar financeiramente dividendos ou juros sobre o capital próprio apenas a partir de 2013, exercício de 2012, se existir comprovação de:
 - Geração mínima de energia de 100.600 MWh nos últimos doze meses anteriores à pretendida distribuição de recursos;
 - Índice de cobertura do serviço da dívida maior ou igual a 1,0.
 - Índice de cobertura do serviço da dívida com caixa acumulado de no mínimo 1,30 (somente os valores excedentes a este indicador poderão ser distribuídos).
- Os *covenants* financeiros foram cumpridos conforme as exigências demonstradas acima.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures tem seu *aging* de vencimento demonstrado abaixo:



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Vencimento	Nacional	Estrangeira	Derivativos	Debêntures	Total
Circulante					
2020	21.087	179.100	96.835	5.021	302.043
	21.087	179.100	96.835	5.021	302.043
Não Circulante					
2021	20.241	1.188.739	-	-	1.208.980
2022	220.704	-	-	-	220.704
2023	12.018	1.924.040	-	-	1.936.058
2024	2.645	-	63.537	198.461	264.643
2025 até 2029	4.056	-	-	762.786	766.842
	259.664	3.112.779	63.537	961.247	4.397.227
Total	280.751	3.291.879	160.372	966.268	4.699.270

17. Arrendamentos

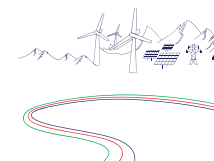
Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme nota explicativa nº 12 e demonstrado abaixo:

	Consolidado					Saldo em 31/12/2019
	Saldo em 31/12/2018	Reconhecimento inicial	Correção contratual	Atualização financeira	Pagamentos	
Arrendamentos de terra		16.943	610	-	(1.707)	15.846
Aluguéis de imóveis		27.549	3.080	-	(3.198)	27.431
(-) Ajuste a valor presente		(14.151)	(1.072)	2.596	-	(12.627)
Total	-	30.342	2.618	2.596	(4.905)	30.650
Circulante						2.698
Não Circulante						27.952
Total	-					30.650

18. Impostos a recolher

A composição dos impostos a recolher nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 se encontra disposta abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
PIS a recolher	6	-	2.269	2.570
COFINS a recolher	34	-	10.398	11.805
IRPJ corrente a recolher	-	-	138.060	133.367
CSLL corrente a recolher	-	-	51.433	49.028
Outros tributos	23	15	1.326	2.220
	63	15	203.486	198.990



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Encargos setoriais

Os encargos setoriais são todos criados por leis aprovadas pelo Congresso Nacional para viabilizar a implantação de políticas públicas no setor elétrico brasileiro. Seus valores constam de resoluções ou despachos da ANEEL e são recolhidos por meio da conta de energia. Cada um dos encargos possui objetivos predefinidos.

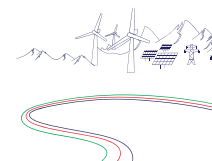
	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	10.023	4.488
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Energético	928	462
MME - Ministério de Minas e Energia	464	231
TFSEE - Taxa de Fiscalização do Setor Elétrico	262	402
CFURH - Contribuição Financeira para Utilização dos Recursos Hídricos	8.599	7.810
	<u>20.276</u>	<u>13.393</u>

20. CAPEX melhorias

A partir da aprovação do projeto de modernização, ocorrido em reunião do Board da Companhia em dezembro de 2019 a Companhia adotou o CPC 25 para controle das provisões para melhoria em CAPEX que serão realizadas nos próximos anos. Estes gastos estão previstos no contrato de concessão assinado em 27 de setembro de 2017.

No reconhecimento inicial foram estimados os fluxos de pagamentos futuros e trazidos a valor presente e seu valor líquido contabilizado no intangível conforme nota explicativa nº 14 e demonstrado abaixo:

	31/12/2018	Reconhecimento inicial	Correção contratual	Atualização financeira	Pagamentos	31/12/2019
Provisão CAPEX melhorias		1.183.121			(3.840)	1.179.281
(-) Ajuste a valor presente		(363.842)		5.924		(357.918)
Total	-	<u>819.279</u>	-	<u>5.924</u>	<u>(3.840)</u>	<u>821.363</u>
Circulante						35.178
Não Circulante						<u>786.185</u>
Total	-					<u>821.363</u>



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

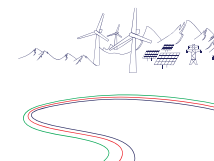
21. Impostos diferidos

A composição dos impostos diferidos ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019, é como segue:

	Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
IRPJ	3.161	1.451	76.293	52.338
CSLL	1.138	523	27.466	18.841
PIS	-	-	-	337
COFINS	-	-	-	74
	4.299	1.974	103.759	71.590

(i) Os saldos do IRPJ e CSLL diferidos referem-se a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas.

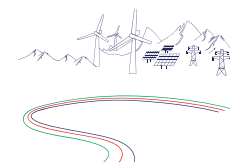
A movimentação dos impostos diferidos sobre o lucro em 31 de dezembro de 2019, é como segue:



SPIC Brasil Energia Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Natureza dos Cálculos	Ativo Não Circulante			Passivo Não Circulante			Resultado		Patrimônio Líquido	
	Base de Cálculo	31/12/2019	31/12/2018	Base de Cálculo	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízos Fiscais	110.452	27.613	29.359	-	-	-	(1.746)	(10.113)		-
Base negativa da contribuição social	110.452	9.940	10.570	-	-	-	(630)	(3.643)		
		37.553	39.929		-	-	(2.376)	(13.756)	-	-
Diferenças Temporárias										
Adições temporárias	(106.651)	(36.260)	11.110	113.066	38.442	42.872	(42.954)	11.566		
Ativo financeiro				433.018	147.227	84.350	(62.877)	(42.324)		
Instrumentos financeiros - Swap	167.498	56.949	6.842				50.107	1.579		
Instrumentos financeiros - Swap resultados abrangentes	67.711	23.021	136						(22.885)	5.483
Instrumentos financeiros - Debêntures	6.225	2.117	-				2.117			
Amortização Capex Melhorias	8.319	2.829	-				2.829			
Total Diferenças Temporárias		48.656	18.088		185.669	127.222	(50.778)	(29.179)	(22.885)	5.483
Total bruto		86.209	58.017		185.669	127.222	(53.154)	(42.935)	(22.885)	5.483
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(86.209)	(58.017)		(86.209)	(58.017)				
Total		-	-		99.460	69.205				



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social autorizado da Companhia é de R\$2.912.000, representado por 2.912.000.000 ações ordinárias, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

a. Destinação dos lucros:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Lucro a ser destinado:		
Lucro líquido apurado no exercício	252.685	220.083
Constituição da reserva legal - 5%	(12.478)	(10.999)
	<u>240.207</u>	<u>209.084</u>
Destinação do lucro:		
Dividendos complementares		
Dividendos	59.267	52.247
Reserva de lucros	180.940	156.837
	<u>240.207</u>	<u>209.084</u>

Conforme estabelecido no contrato social da Companhia, o lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

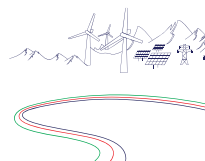
- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos;
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

b. Outros resultados abrangentes

O *hedge* de fluxo de caixa corresponde à parcela efetiva do ganho ou da perda acumulado resultante de variações no valor justo de instrumentos de *hedge* contratados para fins de *hedge* de fluxo de caixa. Os ganhos ou as perdas acumuladas resultantes de variações no valor justo de instrumentos de *hedge*, reconhecidos e acumulados na rubrica “*Hedge* de fluxo de caixa”, serão reclassificados para o resultado somente quando a transação objeto de *hedge* impacta o resultado ou é incluída como ajuste do item não financeiro objeto de *hedge*, de acordo com a política contábil aplicável.

23. Resultado por ação

O objetivo do cálculo do resultado por ação é de permitir comparações de desempenho entre diferentes companhias no mesmo período, bem como para a mesma companhia em períodos diferentes.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para o cálculo do resultado básico por ação, a Companhia considerou a atual composição de ações ordinárias também para o exercício comparativo, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41. Assim, tanto o numerador (lucro líquido do exercício) quanto o denominador (quantidade de ações) estão em bases comparáveis.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. A Companhia não possui instrumentos potenciais diluidores do resultado por ação, dessa forma em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não temos diferenças entre o resultado básico e diluído por ação.

A tabela a seguir apresenta o lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
		Reapresentado
Lucro líquido do exercício	252.685	220.083
Denominador (em milhares de ações)		
Número de ações	1.630.507	1.630.372
Lucro básico e diluído por ação (em reais - R\$)	0,1550	0,1350

24. Receita operacional líquida

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

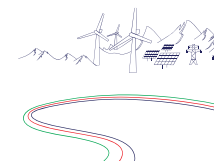
Os principais critérios de reconhecimento e mensuração estão apresentados a seguir:

a) Suprimento de energia elétrica: A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. No Ambiente de Contratação Livre - ACL, a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais.

b) Energia de curto prazo: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde é a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD (Preço de Liquidação das Diferenças).

c) Receita de atualização do ativo financeiro: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento da geração da energia vendida no ACR pelo retorno do pagamento da bonificação de outorga atualizada mensalmente pelo IPCA.

d) Receita de O&M e CAPEX melhorias: A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber em decorrência do gasto com a operação e manutenção garantido pelo recebimento da RAG.

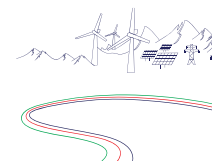


Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado	
	2019	2018
Suprimento mercado livre	545.340	341.511
Energia de curto prazo	20.945	8.023
Receita RBO	850.753	954.744
Receita de O&M	364.902	169.507
Outras receitas operacionais	3.054	-
Receita operacional bruta	1.784.994	1.473.785
(-) Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(165.111)	(136.328)
	<u>(165.111)</u>	<u>(136.328)</u>
Encargos do consumidor		
P&D	(13.025)	(11.009)
TFSEE	(3.965)	(2.470)
CFURH	(49.298)	(32.037)
	<u>(66.288)</u>	<u>(45.516)</u>
Total deduções da receita operacional	(231.399)	(181.844)
Receita operacional líquida	1.553.595	1.291.941

25. Nota de gastos

	Controladora					
	2019			2018		
	De operação	Gerais e Administrativas	Total	De operação	Gerais e Administrativas	Total
Pessoal e Administradores	-	48	48			
Material	-	15	15			
Serviços de terceiros	-	4.691	4.691		4.173	4.173
Aluguéis e arrendamentos	-	24	24			
Outras	-	1.517	1.517			
Total	-	6.295	6.295	-	4.173	4.173

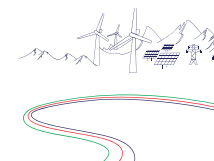


Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado					
	2019			2018		
	De operação	Gerais e		De operação	Reapresentado	
		Administrativas	Total		Administrativas	Total
Energia elétrica comprada para revenda	27.439	-	27.439	13.466	-	13.466
Encargos de uso do sistema de distribuição	166.381	-	166.381	105.446	-	105.446
Pessoal e Administradores	26.484	33.737	60.221	14.713	27.697	42.410
Material	9.451	492	9.943	2.665	513	3.178
Serviços de terceiros	40.168	23.036	63.204	20.334	21.343	41.677
Depreciação	15.004	671	15.675	14.121	807	14.928
Amortização	68.745	1.901	70.646	42.210	12	42.222
Aluguéis e arrendamentos	562	1.847	2.409	1.954	2.772	4.726
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	170	-	170	-	-	-
Outras	9.781	8.510	18.291	4.584	8.424	13.008
Total	364.185	70.194	434.379	219.493	61.568	281.061

26. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				Reapresentado
Juros e variações monetárias				
Renda de aplicações financeiras	6.122	-	28.209	19.032
Multa e juros s/ energia vendida	-	-	828	31
Descontos Obtidos	-	-	-	148
Outros juros e variações monetárias	186	-	2.171	2.903
(-) Tributos sobre Receitas financeiras	(294)	-	(2.138)	(803)
Receitas financeiras total	6.014	-	29.070	21.311
Despesas financeiras				
Encargos de dívida				
Empréstimos e financiamentos	(186)	-	(389.602)	(294.912)
Debêntures	-	-	(5.436)	-
AVP - Ajuste a valor presente	-	-	(8.519)	-
Atualização P&D	-	-	(325)	(84)
Provisão para descomissionamento	-	-	(395)	(412)
Outras despesas financeiras	(17)	(14)	(440)	(420)
Despesas financeiras total	(203)	(14)	(404.717)	(295.828)
Variação monetária/cambial líquida				
Variação monetária	(95)	-	(5.249)	264
Variação cambial	-	-	(3.974)	(72.441)
Total variação monetária/cambial líquida	(95)	-	(9.223)	(72.177)
Total resultado financeiro	5.716	(14)	(384.870)	(346.694)



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

27. Imposto de renda e contribuição social

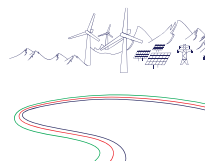
A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitadas em resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado	
	2019	2018
Imposto de renda (25%) e Contribuição social (9%)	244.666	223.443
IRPJ - Corrente	139.150	133.727
CSLL - Corrente	52.363	48.142
IRPJ - Diferido	39.085	30.569
CSLL - Diferido	14.068	11.005
	244.666	223.443

Composição da alíquota efetiva:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	214.243	219.988	964.146	882.988
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(72.843)	(74.796)	-327.810	-300.216
Equivalencia Patrimonial	73.040	76.219	75.642	76.219
Imposto diferidos não constituído (a)	(86)	(2.610)	(86)	(2.610)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Doações			(1.020)	(996)
Compensação de Prejuízo Fiscais			418	
Adições temporárias	(111)	1.187	55.136	1.161
Incentivos fiscais				
Lei Rouanet			3.000	3.000
Lucro da Exploração			2.085	
Inovação Tecnológica - P&D			860	
PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador			262	
Despesa de IRPJ e CSLL	-	-	(191.513)	(223.442)
			-19,86%	-25,31%

(a) Imposto diferido não constituído por não haver previsão de utilização



28. Instrumentos financeiros e mensuração do valor justo

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

a) Risco de crédito

O risco surge de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais.

b) Risco de taxa de juros

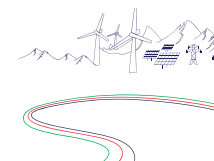
Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a seus empréstimos e financiamentos.

c) Risco de taxa de câmbio

Risco quanto à variação das taxas de câmbio dos empréstimos em moeda estrangeira tomado pela Companhia. A Companhia contratou uma operação de Swap de moeda para eliminar as flutuações na moeda estrangeira (USD).

d) Risco de liquidez

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro, em especial com quando da liquidação de seus empréstimos e financiamentos, que ocorrerão a curto prazo. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

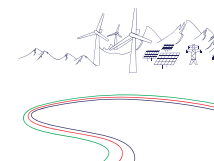
A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia:

	Controladora				
	31/12/2019				31/12/2018
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Passivos Financeiros					
Fornecedores	154	-	-	-	154
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	91.397	-	91.397
Partes relacionadas	-	-	15.302	-	15.302
Total	154	-	106.699	-	106.853

	Consolidado				
	31/12/2019				31/12/2018
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	De 1 a 5 anos	Total
Passivos Financeiros					
Fornecedores	27.791	-	-	-	27.791
Empréstimos e financiamentos	6.335	198.874	3.570.903	762.786	4.538.898
Empréstimos com partes relacionadas	-	-	91.397	-	91.397
Partes relacionadas	-	-	8.838	-	8.838
Arrendamentos e aluguéis	656	2.042	17.135	10.817	30.650
Provisão - Capex melhorias	2.731	32.447	477.488	308.697	821.363
Derivativos	-	96.835	63.537	-	160.372
Total	37.513	330.198	4.229.298	1.082.300	5.679.309

Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora				Categoria
	31/12/2019		31/12/2018		
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	222.553	222.553	8.212	8.212	Valor justo por meio do resultado
Empréstimos com partes relacionadas	91.397	91.397	-	-	Valor justo por meio do resultado
Outros ativos circulantes	-	-	60	60	Custo amortizado
Passivos financeiros					
Empréstimos com partes relacionadas	91.397	91.397	-	-	Custo amortizado
Partes relacionadas	15.302	15.302	-	-	Custo amortizado
Fornecedores	154	154	7.182	7.182	Custo amortizado



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Consolidado				Categoria
	31/12/2019		31/12/2018		
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	684.415	684.415	684.415	684.415	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	62.659	62.659	62.659	62.659	Custo amortizado
Ativo financeiro	5.681.340	5.681.340	5.681.340	5.681.340	Valor justo por meio de resultado
Outros ativos circulantes	6.551	6.551	6.551	6.551	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	141.391	141.391	81.851	81.851	Valor justo por meio de resultado
Instrumentos financeiros derivativos	233.421	233.421	150.588	150.588	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Depósitos judiciais e cauções	10.171	10.171	10.171	10.171	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros					
Financiamentos e empréstimos	1.253.510	1.253.510	2.379.017	2.379.017	Valor justo por meio de resultado
Financiamentos e empréstimos	2.319.120	2.319.120	1.950.269	1.950.269	Custo amortizado
Debêntures	966.268	966.268	-	-	Valor justo por meio de resultado
Empréstimos com partes relacionadas	91.397	91.397	91.397	91.397	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos	2.811	2.811	24.121	24.121	Valor justo por meio de resultado
Instrumentos financeiros derivativos	157.561	157.561	90.787	90.787	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Arrendamentos e aluguéis	30.650	30.650	30.650	30.650	Custo amortizado
Partes relacionadas	8.838	8.838	8.838	8.838	Custo amortizado
Fornecedores	27.791	27.791	27.791	27.791	Custo amortizado

Hierarquia de valor justo

A Companhia somente detém instrumentos financeiros qualificados no nível 2.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

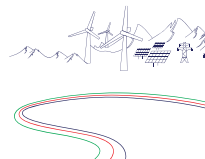
- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém empréstimos em moeda estrangeira e, conseqüentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. Ademais, esses empréstimos em moeda estrangeira também possuem juros atrelados ao USD.

As exposições aos riscos de taxa de câmbio em USD são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas, por meio da utilização de operações de swap de moeda e taxa de juros.

Os valores contábeis dos passivos monetários em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2019 montam em R\$ 3.291.879.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com os contratos de *swap* de moeda e taxa de juros, A Companhia concorda em trocar a diferença entre a variação cambial e os valores de taxas de juros pós-fixadas por uma taxa de juros prefixada, calculados a partir do “valor notional acordado”.

Tais contratos permitem à Companhia mitigar o risco de alteração na taxa da moeda e nas taxas de juros sobre o valor justo dos empréstimos tomados nas exposições do fluxo de caixa.

O valor justo dos *swaps* de moeda e taxa de juros no encerramento do exercício é determinado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, utilizando as curvas no encerramento do exercício e o risco de crédito inerente para esse tipo de contrato.

A tabela a seguir demonstra o valor do principal e os prazos remanescentes dos contratos de *swap* de moeda e taxa de juros em aberto no fim do período de relatório:

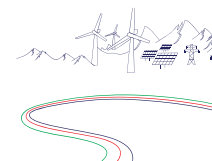
Contratos em aberto	Encargos dos empréstimos	Taxa prefixada do swap	Notional R\$	Valor justo R\$
Vencimento em cinco anos – Fluxo de caixa	USD + 5,8588% a.a.	Entre 11,47%a.a. e 11,49%a.a.	1.481.575	75.860
Vencimento em três anos – Valor justo	USD + 5,4706% a.a.	CDI + 1,85%a.a.	1.474.733	138.580

Análise de sensibilidade

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros mencionados na nota nº 16 que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações.



Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Derivativo Fair Value Hedge

Operação	Saldo em		Cenário I (-0,5)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,5)
	31/12/2019	Taxa					
Financiamento	1.159.102	CDI + 1,85%	122.041	127.176	132.304	137.425	142.540

Derivativo Cash Flow Hedge

Operação	Saldo em		Cenário I (-0,5)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,5)
	31/12/2019	Taxa					
Financiamento	2.110.510	11,48%	795.403	813.510	831.617	849.724	867.831

Debenture Infra

Operação	Saldo em		Cenário I (-0,5)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,5)
	31/12/2019	Taxa					
Tranche 1	779.549	IPCA + 3,54%	432.272	448.628	464.984	481.340	497.696

Debenture

Operação	Saldo em		Cenário I (-0,5)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,5)
	31/12/2019	Taxa					
Tranche 2	200.472	CDI + 0,58%	57.408	59.934	62.457	64.977	67.494

Syntetic Loan

Operação	Saldo em		Cenário I (-0,5)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,5)
	31/12/2019	Taxa					
Financiamento	201.417	5,04%	24.216	25.549	26.883	28.216	29.549

Operação	Saldo em		Cenário I (-0,5)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,5)
	31/12/2018	Taxa					
Financiamento BNB	15.743	FNE 9,50%	4.799	4.927	5.055	5.182	5.310

Operação	Saldo em		Cenário I (-0,5)	Cenário II (-0,25)	Cenário III (provável)	Cenário IV (+0,25)	Cenário V (+0,5)
	31/12/2018	Taxa					
Financiamento BNDES	64.401	TJLP	8.393	8.678	8.962	9.247	9.532

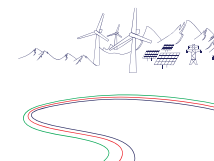
29. Seguros

A Companhia e suas controladas mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém as seguintes apólices:

D&O para seus Diretores, Conselheiros e Administradores, com vigência de 08/11/2019 a 07/11/2020, com cobertura total de R\$ 60.000 e com vigência de 30/11/2019 a 30/11/2020 cobertura de R\$ 20.000.

Responsabilidade civil, com vigência de 09/05/2019 a 09/05/2020, com cobertura total de R\$ 50.000 e com vigência 30/11/2019 a 30/11/2020 com cobertura de R\$ 20.000.

Riscos Operacionais e Lucros Cessantes, com vigência de 09/05/2019 a 09/05/2020, perfazendo um valor em risco na ordem de R\$ 4.158.331 com limite máximo de indenização de R\$ 1.348.165 limitado a R\$ 348.165 para a apólice de Lucros Cessantes e com vigência de 30/11/2019 a 30/11/2020 no valor de R\$ 60.751.



30. Contingências

Em junho de 2018 a controlada UHE São Simão Energia recebeu um lançamento de IPTU referente ao ano de 2018 por parte da autoridade fiscal municipal de São Simão/GO, no valor de R\$7.942 MM. Ao final do procedimento administrativo, a controlada recebeu em 6 de setembro de 2019 uma notificação do Município de São Simão, referente à cobrança do IPTU para os exercícios de 2018 e 2019 conjuntamente, no valor total de R\$ 5.775 MM. Em 27 de setembro de 2019, o Município emitiu nova notificação, informando à empresa sobre o registro do referido débito de IPTU em dívida ativa municipal, sem que fosse observado o prazo legal de defesa da empresa. A controlada ajuizou, em 7 de outubro de 2019, uma ação anulatória de débito fiscal mediante apresentação de carta fiança para garantir o juízo, e com pedido liminar para suspender a execução da dívida tributária, que foi concedida pelo juiz de primeira instância em 11 de outubro de 2019. O Município apresentou sua defesa e atualmente os autos encontram-se em fase de instrução. Enquanto a liminar permanecer em vigor, o a controlada não será compelida ao pagamento do IPTU. De acordo com o escritório de advocacia contratado pela empresa para patrocinar o caso, o prognóstico de perda do processo judicial é possível, devido a uma série de questionamentos relativos à legalidade da cobrança, inclusive quanto ao seu fato gerador e base de cálculo. Tais questionamentos, em especial a dificuldade de definição da base de cálculo do tributo neste momento, tornam impossível a mensuração mais precisa do valor a ser despendido caso esta contingência venha a se materializar.

Composição da Diretoria

Adriana Waltrick
Diretora Geral

Valéria Lopes de Souza
Contadora
CRC - 1SP145065/O-9

